



Criado e instalado segundo a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto Estadual nº 5.759, de 30 de agosto de 2012

1  
2 **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS**  
3 **BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**  
4

5 Ao vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às nove horas, por meio  
6 web conferência utilizando a plataforma ZOOM, o Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e  
7 Afluentes do Alto Ribeira – COALIAR realizou sua Vigésima Quinta Reunião Ordinária para  
8 discutir os seguintes itens: **1. Abertura; 2. Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária do**  
9 **COALIAR; 3. Discussão do uso do Recurso Financeiro da Bacia; 4. PCHs Bacia**  
10 **Açungui; 5. Apresentação “Reserva Hídrica do Futuro”; 6. Informações sobre o XXIV**  
11 **Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas 2022 - ENCOB; 7. Assuntos**  
12 **gerais; 8. Encerramento:** José Luiz Scroccaro, Danielle Teixeira Tortato, Ivonete Coelho da  
13 Silva Chaves e Natasha Cecilia Hessel de Goes (Instituto Água e Terra – IAT); Milton Luiz  
14 Brero de Campos (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC); Fabricio  
15 Miyagima e Chayanne Alessandra Telles (Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes  
16 – SEPL); Orival Stolf (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR); Cristina Maria Rizzi  
17 Galerani (Prefeitura Municipal de Piraquara); Antônio Fortunato Berno (Prefeitura Municipal de  
18 Pinhais); Thayoná Souza de Oliveira (Prefeitura Municipal de Quatro Barras); Denilson Mendes  
19 dos Santos (Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul); Thomas Gaspar Santana (Prefeitura  
20 Municipal de Contenda); Fernando Araújo de Camargo (Prefeitura Municipal de Campo  
21 Magro); Pedro Luís Prado Franco, Adriana Verchai de Lima Lobo, Ester Amélia Assis Mendes  
22 e Anderson Finamore Sabbag (Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR); Camila  
23 Freitas e Ronaldo Collatusso (Companhia Paranaense de Energia – COPEL); Naomi Thomé  
24 (Spal Indústria Brasileira De Bebidas – Coca-Cola FEMSA); Fernanda Santana Ferreira  
25 (Importação, Exportação e Indústria de Óleos S.A - IMCOPA); Marcos Pupo Thiesen  
26 (Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP); Andressa Moraes Dutra (Resíduos  
27 Sólidos e Drenagem Urbana - Araucária); Raul Clemente Peccioli Filho e Millena Ribeiro dos  
28 Reis (Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM-RM); Ana  
29 Cristina Negoseki (Câmara Técnica da APA do Rio Iraí); Marcio Alves Moure e Gabriela  
30 Semiano (Câmara Técnica da APA do Rio Passaúna); Juliane Freitas e Anke Manuela  
31 Salzmann (Fundação Boticário); Kleber Mise (Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná -  
32 Geop Açungui); Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (Centro De Estudos Defesa E  
33 Educacao Ambiental - CEDEA); Adriano Wild (Mater Natura); Lucila Adriani de Almeida Coral  
34 (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR); Cíntia Mara Ribas de Oliveira  
35 (Universidade Positivo – UP); Ingrid Illich Müller (Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
36 – ABRHidro); Camila de Vasconcelos Müller Athayde (Associação Brasileira de Águas  
37 Subterrâneas – ABAS-PR); Helder Rafael Nocko (Associação Paranaense dos Engenheiros  
38 Ambientais – APEAM); Clarice Ise Schwars Manzochi (Associação Brasileira de Engenharia  
39 Sanitária e Ambiental – ABES).

40 A Vice-Presidente do COALIAR, Ester Amélia Assis Mendes, agradeceu a presença de todos  
41 e passou a palavra sra. Danielle Tortato, a qual apresentou a ordem do dia e apresentação  
42 dos novos membros, Milton Luiz Brero de Campos e Carla Gerhardt (COMEC); Denilson  
43 Mendes dos Santos (Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul); Rafael Nunes Campaner  
44 (Prefeitura Municipal da Fazenda Rio Grande); Millena Ribeiro dos Reis (Conselho Gestor dos  
45 Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – CGM-RM), a sra. Vice-Presidente formalizou  
46 a posse dos novos membros (**item 1**). Em seguida, iniciou-se a votação do **item 2**, o qual foi  
47 aprovado por unanimidade. Por conseguinte, iniciou a discussão do **item 3** e, na sequência,  
48 o sra. Danielle Tortato informou o motivo do atraso da emissão dos boletos, que se dá devido  
49 implementação do novo Sistema de Gestão Ambiental e Recurso  
50 Hídricos (SIGARH), esta ferramenta apresentou a necessidade de alguns ajustes e  
51 adequações nas formulas, desta forma os boletos continuarão a ser feitos de forma manual  
52 até adequação do sistema. Prosseguindo com a discussão, abriu a questão do **art.18** da  
53 Resolução N°05 de 11 de julho de 2013, que menciona a revisão da mesma, continuando  
54 neste assunto, repassou a sugestão feita pelo Tribunal de Contas da diminuição do número  
55 de parcelas, que consta no **art.9º**, abriu a votação para levar a Câmara Técnica de  
56 Instrumentos de Gestão (CTINS) essa discussão. Sr. Pedro Luís Prado Franco (Sanepar)  
57 concordou que este assunto deve ser debatido na CTINS e levantou um questionamento do  
58 montante do comitê. O sr. José Scroccaro explicou que está sendo levantado o quanto foi  
59 arrecadado ano por ano, para ser repassado pro comitê a quantia exata, e reforçando essa  
60 questão, informou que o Manual de Orientação da Aplicação dos Recursos da Cobrança Pelo  
61 Direito de Uso de Recursos Hídricos elaborado no ano de dois mil e quinze (2015) está em  
62 revisão e assim que as adequações forem realizadas, o manual será repassado aos membros,  
63 após todos os dados serem levantados e o banco ser definido, através de uma reunião  
64 extraordinária. A sra. Juliane Freitas (Grupo Boticário), questionou no chat, se o edital da  
65 chamada pública será disponibilizado antes para os membros do comitê analisar. Sra.  
66 Danielle Tortato, explicou que o edital da chamada pública só ocorre, depois de ter passado  
67 e aprovado pelo comitê. O sr. Helder Rafael Nocko, se pronunciou no chat, se é possível  
68 mandar um email para todos os conselheiros, sobre os recursos disponíveis do COALIAR ao  
69 longo dos últimos anos. Sra. Danielle Tortato, informou que será feita uma apresentação bem  
70 detalhada em relação aos recursos, e também pode ser disponibilizado as respostas enviadas  
71 ao Tribunal de Contas referente a esse assunto. A sra. Cíntia Mara Ribas, se manifestou no  
72 chat, apoiando que a questão da revisão da resolução deve ser encaminhada para CTINS.  
73 Dando continuidade à pauta, o **item 4** a sra. Vice-Presidente, explanou o que foi encaminhado  
74 pelo Ministério Público sobre as informações do eventual conflito no uso da água do Rio  
75 Açunguí, relacionado à implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH, e passou a  
76 palavra ao sr. José Scroccaro, para explicar a questão. O sr. José Scroccaro fez uma breve  
77 apresentação para demonstrando do porque o a Bacia do Rio Açungui é considerada federal,  
78 e referente à Recomendação Administrativa 01//2022, do Gaema/MPPR, sugeriu a realização  
79 de uma reunião extraordinária para tratar somente deste assunto, por ser uma matéria  
80 complexa. A sra. Vice-Presidente, informou que foi aprovada a discussão sobre as PCHs, em  
81 reunião extraordinária, na área de abrangência do COALIAR. E a sra. Danielle Tortato,  
82 informou que será alinhado com o pessoal da Agência Nacional de Águas e Saneamento  
83 Básico (ANA) e o pessoal do licenciamento uma data para reunião. Por conseguinte, a sra.  
84 Ester Amélia Assis Mendes (SANEPAR) fez uma breve apresentação do **item 5**. O sr. Milton  
85 Luiz Brero de Campos (COMEC), mencionou que a função principal do Área de Interesse  
86 Especial Regional do Iguaçu (AIERI) é a proteção de cheias, e em segundo plano em casos  
87 de crise hídrica ser uma alternativa, e abordou algumas questões dentro do projeto, primeiro

88 que nem todas as cavas estão em área de rio, desta forma como a SANEPAR vai classificar  
89 as áreas realmente interessantes para realizar o tratamento, e de que forma vai ser captada,  
90 quais instrumentos serão utilizados e caso passe por propriedades particulares, os  
91 proprietários serão indenizados, e por fim reforçou que este projeto tem que fazer parte do  
92 Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba (SAIC). A sra. Ester Mendes,  
93 explicou que com o anteprojeto vai poder se identificar todas as potencialidades hídricas,  
94 focando na reserva, além de realizar o monitoramento da qualidade da água, desta forma  
95 elencando o que pode ser utilizado para reserva para crise e de mais finalidades de usos da  
96 água. O sr. Anderson Finamore Sabbag (SANEPAR), abordou o questionamento da  
97 implementação no SAIC, informando que com a revisão do plano diretor do SAIC, estão  
98 considerando a possibilidade de utilização do projeto Reserva Hídrica do Futuro, além de  
99 outras áreas de mananciais, e dependendo dos resultados apresentados pelo anteprojeto, eles  
100 serão utilizados na íntegra pelo SAIC. O sr. Milton Luiz Brero de Campos fez outra observação,  
101 definir uma agenda para delimitar quando ou pelo menos parte dessa adução será realizada.  
102 A sra. Ester Mendes se posicionou, informou que é um dos marcos do anteprojeto a ser  
103 indicado. O sr. Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA), questionou a fiscalização no  
104 caso da extração de areia. A sra. Ester Mendes, contrapôs que é um projeto integrador que  
105 trabalha com enfoque na questão hídrica, com o bojo na conservação e recuperação, e a  
106 fiscalização ocorre em conjunto com IAT e COMEC, principalmente em regiões onde afeta a  
107 qualidade de água. O sr. Milton Luiz Brero de Campos complementou, existe o plano diretor  
108 do AIERI, o qual defini as áreas de mineração baseado no plano de mineração elaborado pela  
109 Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental  
110 (SUDERHSA), e ressaltou que é importante que se entenda que não se quer evitar as  
111 minerações nas áreas ao longo do Rio Iguaçu, pois é uma atividade econômica e deve haver  
112 uma compatibilização, e que a própria SANEPAR vai ter que entender que essas águas que  
113 estão sendo reservadas, elas não podem ser reservadas com ônus das pessoas que estão  
114 executando atividade econômica, e toda vez que são criadas cavas, são criadas bacias de  
115 retenção, além de conter a água tem o controle de contenção de cheias, na faixa que nós  
116 definimos com curva de inundação, e apontou que a COMEC não faz fiscalização que isso  
117 compete ao IAT. Sra. Ester Mendes ressaltou sua fala anterior, que o projeto é integrador e  
118 não prevê exclusão de nenhuma atividade, e uma das abordagens é a compatibilização como  
119 mencionado. O sr. Luiz Arthur complementou, que deve ocorrer uma compensação ambiental  
120 por parte das mineradoras, sendo que estas por sua vez só extraem sem ter que fazer  
121 qualquer tipo de compensação. O sr. José Scroccaro apoiou o apontamento do senhor Luiz  
122 Arthur, e deu uma breve explicação que a partir do momento que for feita uma delimitação e  
123 dar diretrizes para uso dessas áreas isso permitirá ter mais condição de fiscalizar, e o órgão  
124 licenciador além de estar licenciando, pode dar as condicionantes de todas as compensações  
125 ambientais que se tem, para que se cumpra as diretrizes do projeto que está sendo elaborado  
126 em um convênio entre SANEPAR, IAT, COMEC e municípios, tendo dentro das diretrizes de  
127 uso a extração de minerais, parques e áreas de concessão, e finalizou com frase “o que é  
128 visto é cuidado”. O sr. Milton Luiz Brero de Campos, convidou o sr. Luiz Arthur a baixar o  
129 Plano Diretor do AIERI, para melhor compreensão da utilização possível nessa área do AIERI  
130 como um todo, salientou das ocupações irregulares e a partir do momento que conseguirem  
131 retirar essas pessoas do local, vai ser definido as áreas de interesse ambientais, parques e o  
132 que se manteve da mineração, e o projeto Águas do Iguaçu entra como papel principal a  
133 utilização das cavas em caso de emergência, e finalizou com um elogio a ação da SANEPAR  
134 em monitorar a qualidade da água das cavas. O sr. Luiz Arthur, sugeriu a criação de um Grupo  
135 de Trabalho para discutir uso da água e mineração, o qual ficou marcado para ser discutido

136 na próxima Reunião Ordinária do Comitê. Em seguida a sra. Adriana Verchai de Lima Lobo  
137 tomou a palavra, pediu para cuidar com a criação das bacias de contenção ao longo do rio  
138 entre a barragem do Iraí e a captação Iguaçu, pois o processo da água chegar da barragem a  
139 captação leva entorno de oito horas e aumentando essas cavas ou bacias de contenção, esse  
140 processo irá demorar ainda mais, com isso prejudicando no atendimento do abastecimento  
141 público em épocas de estiagem, devido a isso pediu para cuidar, quanto a fala as cavas são  
142 barragens e contenção de cheias, visto que depende da sua localidade e finalidade, concordou  
143 que as cavas exercem a função de contenção de cheias, mas dependendo da sua localização  
144 podem se tornar um empecilho. O sr. Helder Rafael Nocko (APEAM), perguntou pelo chat se  
145 o projeto conversa com o plano de bacia. O sr. José Scroccaro respondeu que o projeto a  
146 principio não interfere no plano de bacia. A sra. Danielle Tortato deu procedimento à  
147 apresentação do **item 6**. Prosseguindo para o **item 7** a sra. Vice-Presidente e a sra. Danielle  
148 Tortato abriram votação para manter as reuniões virtuais ou voltar o presencial, e foi decidido  
149 pela maioria manter virtual. Não havendo mais assuntos a serem tratados a Vice-Presidente  
150 do COALIAR, Ester Amélia Assis Mendes, agradeceu a presença de todos e deu por  
151 encerrado a reunião, ao vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

152

153 De Acordo.

154

155 **Ester Amélia Assis Mendes**

156 Vice-Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira